

“NOŞ CAMINHOS DE SÃO GREGÓRIO”: AS HIERARQUIAS SOCIAIS NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O URUGUAI E O COMANDO REGIONAL DO BRIGADEIRO DAVID CANABARRO (C. 1831-1865)

 Jonas Moreira Vargas^{1,2}

RESUMO

O artigo analisa alguns fatores que conformaram as hierarquias sociais na Fronteira do Brasil com o Uruguai, mais propriamente na localidade de Santana do Livramento, cidade fundada exatamente no limite entre os dois países. Num contexto de muitas guerras e de construção do estado monárquico é dado destaque à atuação do Brigadeiro David Canabarro, um oficial paisano que se tornou comandante militar daquela Fronteira, cargo fundamental na defesa do território imperial. Compilando um conjunto variado de fontes documentais, o artigo enfatiza que aquela sociedade fronteiriça possuía uma estratificação social complexa e que o sucesso daqueles que buscavam exercer sua autoridade política e militar dependia de uma ampla negociação com todos os estratos sociais, ou seja, ricos fazendeiros, pequenos criadores de gado, peões de estância, indígenas, libertos e escravos.

PALAVRAS-CHAVE

Fronteira – hierarquias sociais – criadores de gado – Brasil Império.

1 Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Rio Grande do Sul - Brasil

2 Professor Adjunto, História do Brasil e História da América, autor de *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*, 2010; e de *Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas*, 2016. E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br

“ON THE WAYS OF SÃO GREGÓRIO” THE SOCIAL HIERARCHIES IN BRAZIL’S BORDERLAND WITH URUGUAY AND THE REGIONAL COMMAND OF BRIGADIER DAVID CANABARRO (C. 1831-1865)

ABSTRACT

The paper analyzes some factors that contributed to social hierarchies in Brazil’s borderland with Uruguay, more specifically in the area of Santana do Livramento, a city founded exactly on the borderland between these two countries. Within a context filled with wars and the settling of the monarchic state, it is highlighted the actions of Brigadier David Canabarro, an officer that became an army commander at the borderland, an essential post for the defense of the imperial territory. By compiling a set of varied document sources, the paper emphasizes that that border society had a complex social stratification and that the success of those that sought to exert their political and military authority depended on a broad negotiation with all social strata, i.e. rich farmers, small cattle ranchers, estancia workers, indigenous, free, and slaved peoples.

KEYWORDS

Borderland – social hierarchies – cattle ranchers – Brazil Empire.

David Canabarro era neto de um casal de açorianos que, no meado do século XVIII, desembarcou no sul da América portuguesa assim como muitos outros imigrantes ilhéus. Como todos os seus irmãos, David nasceu em Taquari, no Rio Grande do Sul, local em que seu pai veio a estabelecer-se com uma pequena propriedade. Ao lado de parentes, vizinhos e amigos, cresceu num mundo no qual as guerras eram quase que endêmicas e lutou em todas elas. Acompanhou os farroupilhas na revolta contra o Império e, em 1839, juntamente com Giuseppe Garibaldi, levou-a até Santa Catarina, onde foi proclamada a República Juliana. Em 1851, atendeu ao chamado do Barão de Caxias para lutar contra Rosas e Oribe no Rio da Prata e anos depois voltou ao mesmo terreno na guerra contra os paraguaios. Ao longo dessas décadas, seu patrimônio fundiário foi aumentando de acordo as patentes militares que recebia. Em 1867, quando faleceu, era o homem mais rico de Santana do Livramento, vila encravada exatamente no limite territorial com o Estado Oriental. A maior de suas fazendas era a São Gregório e nos seus domínios mandou construir o quartel general do Comando da Fronteira de Livramento e Quaraí, onde “reinou” como comandante por cerca de vinte anos³.

Essa narrativa pode levar a entender que Canabarro era autoridade absoluta naquela fronteira, orientando tropas, contrabandeadando gado, tramando revoluções e perseguindo *castelhanos* quando bem entendia. Essa leitura é equivocada. Se na historiografia argentina a ideia de que os caudilhos representavam a barbárie e impunham violentamente suas vontades, sem precisar negociar com diferentes grupos sociais e legitimar-se por meios institucionais, foi superada⁴,

3 Parte das informações vem de: CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

4 Por exemplo: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (org.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998; FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006; FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

é preciso incorporar essas novas perspectivas na análise da atuação dessas lideranças militares rio-grandenses. Esse caminho já está sendo trilhado⁵, mas ainda se conhece muito pouco a forma como eles negociavam e legitimavam a sua autoridade, quem constituía a sua base social e como isso tudo articulava-se com as hierarquias sociais daquela fronteira.

Os processos de independência na Bacia do Prata resultaram em diferentes estados nacionais e possibilitaram diversos projetos de soberania. Novos arranjos institucionais foram se constituindo, trazendo consigo práticas discursivas e políticas distintas e um vocabulário liberal que foi lentamente sendo assimilado pelos diferentes grupos sociais que protagonizaram o mencionado processo⁶. Nesse

5 Por exemplo: FARINATTI, Luis. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010; CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteira da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão* (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850). 2013. 372f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013; THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014; MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)*. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; RIBEIRO, José Iran. *O império e as revoltas: estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013; FARINATTI, Luís; VARGAS, Jonas. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p. 389-413; MUGGE, Miqueias. *Senhores da guerra: elites militares no Sul do Império do Brasil* (Comandantes Superiores da Guarda Nacional, 1845-1873). 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016; OLIVEIRA, Leandro. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre* (RS, c.1790-c.1870). 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016; RIBEIRO, José Iran. *As "surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue*: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí. São Leopoldo: Oikos, 2020.

6 CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Ciudades, provincias, estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997; PAMPLONA, Marco; MADER, Maria. *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007; PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

contexto, as guerras ocorridas na primeira metade do oitocentos favoreceram o surgimento de muitas lideranças políticas e militares. Canabarro foi apenas uma delas e sua trajetória, a exemplo de tantas outras, representa bem o que Halperin Donghi chamou de “carreiras revolucionárias”⁷.

Os estudos sobre as fronteiras latino-americanas têm recebido a atenção de muitos historiadores nas últimas décadas⁸. Coletâneas, dossiês temáticos e eventos acadêmicos contribuíram para um melhor conhecimento historiográfico desses espaços de contato, integração econômica e circulação de ideias, propondo perspectivas mais complexas para os processos de independência e construção dos estados nacionais, além da própria noção de fronteira⁹. Até mesmo uma história global dos impérios evidencia a importância das zonas de fronteira como locais de inovação, trocas e redes sociais diversas, além dos conflitos¹⁰. Contudo, nunca é demais lembrar que as fron-

7 HALPERIN DONGHI, Tulio. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

8 Contribuições fundamentais podem ser vistas em: BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 1967; CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003; GASCÓN, Margarita. *Periferias imperiales y fronteras coloniales en Hispanoamérica*. Buenos Aires: Dunken, 2011; CONTI, Viviana. *La frontera argentino-boliviana durante la temprana república: complementariedad económica e integración social*. *Si Somos Americanos*: Revista de Estudios Transfronterizos, Santiago, v. 11, n. 11, 2011; MANDRINI, Raúl; PAZ, Carlos. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX: un estudio comparativo*. Tandil: IEHS/UNS/CEHIR, 2002. Para um clássico, ver REYES ABADIE, Washington. *La Banda Oriental: pradera, frontera, puerto*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 1966. Para uma revisão historiográfica no caso do Rio Grande do Sul, cf.: THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Crimes de fronteira...* Op. Cit.

9 Cf.: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019; BRITO, Adilson; BASTOS, Carlos (org.). *Entre extremos: experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do Rio Amazonas e do Rio da Prata (América Latina, séculos XVI-XX)*. Curitiba: CRV, 2018; VARGAS, Jonas (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Fi, 2017.

10 BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Impérios: uma nova visão da história universal*. São Paulo: Planeta, 2019.

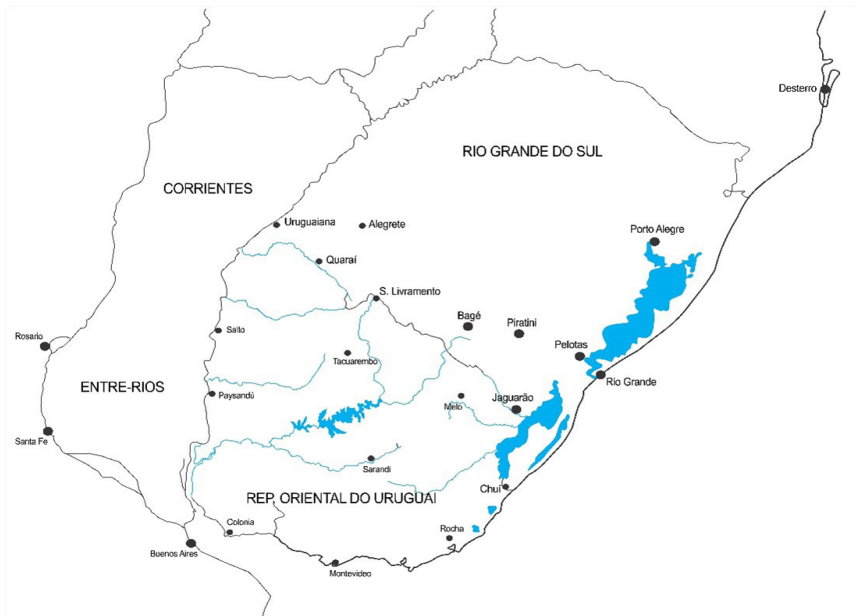
teiras também eram protegidas por comandantes militares ou chefes de milícias institucionalizadas. Sua atuação, ao mesmo tempo que afetava o funcionamento da sociedade fronteiriça, era condicionada por ela, entrelaçando-se com a dinâmica das hierarquias sociais, re-produzindo alguns aspectos e transformando outros. Nesse sentido, penso que uma perspectiva mais microanalítica, neste momento, pode contribuir para um olhar mais aprofundado desses fenômenos¹¹.

Assim sendo, optei por uma análise mais circunscrita a uma localidade específica. Antes de tornar-se vila, em 1857, Santana do Livramento foi distrito do município de Alegrete – um dos mais ricos da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul, também conhecida como região da campanha (Figura 1). Território formado por vastas pastagens, como as do pampa argentino e uruguaio, a sua elite foi composta principalmente por grandes criadores de gado, muitos dos quais vivenciaram as mesmas guerras em que Canabarro lutou. Economicamente, a campanha vinculava-se às charqueadas escravistas do litoral rio-grandense, remetendo anualmente milhares de bovinos para serem abatidos em Pelotas. O charque conectava o Rio Grande ao mercado interno, enquanto os couros tinham na Europa ocidental e nos Estados Unidos os principais compradores¹².

11 LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

12 VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

Figura 1
Fronteira do Brasil com Argentina e Uruguai



Fonte: Mugge (2016)¹³.

O artigo parte de três hipóteses iniciais. Canabarro e os demais comandantes militares daquela fronteira não exerciam um poder supremo na região. E essa afirmação é válida tanto para os rio-grandenses quanto para os chefes militares platinos, que precisavam negociar sua autoridade e legitimar-se por diversos meios ante a população local. O segundo diz respeito ao significado da fronteira para esses comandantes. Conhecendo as práticas costumeiras e os códigos sociais locais, eles eram hábeis em relacionar-se com a população, “manejando” bem as normas do cotidiano daquela fronteira¹⁴. Nesse sentido,

¹³ MUGGE, Miqueias. Op. Cit., p. 286. Agradeço ao autor pelo mapa adaptado.

¹⁴ FARINATTI, Luís; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.).

eles compreendiam o seu caráter institucional especial¹⁵ e, usando de suas redes regionais e transnacionais, foram fundamentais na defesa do território e no processo de construção do estado imperial¹⁶. Finalmente, sua liderança também precisava ser negociada com esse estado em formação e, para exercer o poder local, os comandantes buscavam os meios legítimos que o novo estado oferecia, ocupando cargos, seguindo leis e comunicando-se com outros funcionários da coroa que podiam ser seus aliados, em relações que oscilavam entre cooperação e competição.

1. *Canabarro e o comando da fronteira*

Em 1811, Canabarro tinha 15 anos quando marchou com o exército luso-brasileiro para defender Montevideu das investidas militares comandadas pela Junta Provisória de Buenos Aires. Apaziguada a situação, cerca de cinco anos depois Canabarro retornou para o mesmo campo de batalha. Sob o comando do general Carlos Lecor, as tropas luso-brasileiras dessa vez foram combater o projeto político de Jose Gervasio de Artigas, caudilho que representava uma ameaça à ordem social escravista e latifundiária daquela fronteira. A ocupação da capital foi rápida, mas a guerra contra os artiguistas no interior da Banda Oriental encerrou-se somente em setembro de 1820, quando Artigas refugiou-se em Entre Rios e depois seguiu para o Paraguai, exilando-se¹⁷.

Para Caggiani, foi nessa campanha que Canabarro “aprendeu, em contato direto com o inimigo, a tática de guerra usada nas coxi-

Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p.145-177.

15 YOUNGER, Joseph. “*Monstrous and illegal proceedings*”: law, sovereignty and revolution in the Río de La Plata borderlands, 1810-1880. 2011. 394 f. Tese (Doutorado em História) – Princeton University, Princeton, 2011.

16 MUGGE, Miqueias. Op. Cit.

17 FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (org.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: FHCE, 2001.

lhas, da qual haveria de tornar-se um verdadeiro mestre”¹⁸. Na ocasião, ele também deve ter percebido que apesar das perdas humanas, as guerras traziam recompensas aos seus líderes, como cartas de sesmarias, patentes militares, comendas honoríficas e o prestígio social dos seus comandantes. Com a vitória, a Banda Oriental foi anexada como província Cisplatina e o território foi alvo de ampla investida de fazendeiros luso-brasileiros que, aos poucos, foram se apossando das boas terras e do gado do novo território português. Ao mesmo tempo que tal expansão militar e agrária na fronteira servia para abastecer as charqueadas de Pelotas com rebanhos orientais, ela enfraquecia os *saladeros* de Montevideú, que eram concorrentes diretos daqueles. No entanto, esse período durou pouco tempo. Entre 1825 e 1828, outra guerra cruzou o destino de Canabarro. Com o apoio de Buenos Aires, os caudilhos Fructuoso Rivera e Jose Lavajella derrotaram o Exército brasileiro pela independência da Cisplatina, dando início ao que se tornaria a República Oriental do Uruguai. Apesar da vitória, as autoridades orientais tiveram que tolerar a permanência de centenas de famílias brasileiras na região norte do seu novo país – efeito potencializador de conflitos na fronteira, pois ia de encontro com o processo de construção do estado nacional uruguaio¹⁹.

Com a derrota de 1828, os oficiais rio-grandenses tiveram que aceitar a nova situação política e, aos poucos, foram recebendo cargos que de certa forma compensavam as suas perdas econômicas. Os comandos militares na fronteira e os postos de oficiais na recém-criada Guarda Nacional (1831) estavam entre os mais cobiçados e foram entregues a alguns deles. Dessa forma, o Império brasileiro firmava o seu domínio territorial, enquanto legitimava esses grandes pecuaristas com cargos nos quais obtinham ganhos econômicos e estreitavam seus contatos políticos com caudilhos platinos. Portanto, não foi coincidência que um dos estopins da Revolta Farroupilha (1835-1845)

18 CAGGIANI, Ivo. Op. Cit., p. 24.

19 SOUZA, Susana; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A. et al. Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

foi justamente a destituição de Bento Gonçalves e de Bento Manoel Ribeiro do comando de suas fronteiras. Juntamente com líderes liberais exaltados e outros republicanos, eles iniciaram o movimento utilizando-se da própria Guarda Nacional para sublevar-se contra o Império²⁰.

Na fase final da revolta, Canabarro tornou-se general-comandante do exército republicano e, por conta da posição proeminente entre os rebeldes, acabou exercendo muita influência nos acordos de paz, nutrindo-se das vantagens que pôde negociar na ocasião. Para os habitantes da fronteira, o fim da Farroupilha não significou uma completa tranquilidade. Desde 1838, o Uruguai enfrentava uma dura guerra civil entre *blancos* e *colorados*. As fronteiras entre o Império do Brasil e o novo estado Oriental ainda não estavam muito bem definidas e as populações limítrofes acabavam vivenciando direta e indiretamente os conflitos armados do país vizinho. Caudilhos orientais cruzavam a fronteira pedindo abrigo, proteção e até apoio armado contra os inimigos. Nesse contexto, tanto proprietários brasileiros residentes no Uruguai, quanto orientais residentes no lado brasileiro viveriam por mais muitas décadas compartilhando a vizinhança territorial e mantendo relações com ambos os lados da fronteira.

De acordo com Eliane Zabiella, em 1850 os brasileiros possuíam 428 estâncias no norte do Uruguai, sendo conhecidas as dimensões e o número de cabeças de gado de 191 delas. Essas terras ocupavam uma superfície de 693 léguas quadradas e comportavam 914 mil reses, sendo possível ter havido ao mesmo tempo cerca de 2 milhões²¹. Nessa época, os brasileiros representavam 11% da população total do

20 Para uma análise da conjuntura antes da guerra, cf.: LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; GUAZZELLI, Cesar. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013; MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

21 ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. 2002. 164f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002, p. 23-25.

Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território, constituindo-o num espaço econômico fundamental para a economia das charqueadas rio-grandenses²². Na segunda metade da década de 1840, por conta dos saques que essas estâncias vinham sofrendo e da crescente pressão política das elites provinciais, uma nova guerra foi inevitável. Sob a liderança do barão de Caxias, Canabarro comandou uma das quatro divisões do Exército brasileiro, formada em grande parte por oficiais e soldados sul-rio-grandenses. Com o apoio dos caudilhos opositores aos seus respectivos governos, elas derrotaram as tropas de Manoel Oribe e Juan M. de Rosas em 1851-1852, impondo seus projetos geopolíticos na região.

Em 1852, Caxias determinou que Canabarro continuasse no comando da Fronteira de Livramento e Quaraí, cargo que vinha ocupando desde 1845. Agora ele seria também comandante superior da Guarda Nacional na região. Tais funções seguidamente recaíam sob líderes veteranos em batalhas e podiam ser exercidos tanto por militares de carreira, quanto oficiais paisanos, como Canabarro. Nesse contexto fronteiriço, era muito comum ocorrer uma sobreposição de funções do Exército e da Guarda Nacional e o próprio Império acabou legitimando esse caráter especial, oferecendo uma legislação específica para as milícias da fronteira²³. Desta forma, Canabarro reunia condições de exercer forte poder e influência. Acumulando essas funções, ele intermediava pedidos de licença, reforma, remoção e

22 SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Op. Cit.

23 Para garantir a defesa do território, a coroa enfeixou os comandantes com grandes poderes. "O decreto de 1857 que delimitou as atividades das guardas nacionais em províncias limítrofes não só modificou internamente o processo de qualificação dos soldados, mas acabou por recriar os comandos superiores". Com a finalidade de ampliar o recrutamento, "os requisitos para ser um guarda nacional ativo também se tornaram mais flexíveis e quase idênticos aos estabelecidos para os votantes: 100 mil-réis de rendas líquidas anuais (para as províncias fronteiriças), ter entre 18 e 60 anos". "Às letras da lei, o comandante superior era um agente a serviço do Império. Era um braço centralizador do Estado enraizado nas localidades, que fiscalizava e organizava a atuação da milícia e devia informações ao governo, submetido às ordens dos presidentes de província e dos ministros da Justiça". Na prática, "fazia-se vistas grossas às adaptações locais da legislação, para se conseguir extrair soldados de maneira mais efetiva, confiando aos comandantes superiores a interpretação normativa (MUGGE, Miqueias. Op. Cit., p. 59, 67, 126).

nomeação dos guardas nacionais, além do controle do deslocamento das pessoas, animais, mercadorias e até mesmo informações naquela fronteira. Contudo, a análise da documentação cotidianamente produzida por ele e seus secretários é mais rica do que a leitura das atribuições normativas do cargo que ele ocupava, uma vez que os casos que ele tinha que resolver eram os mais diversos, exigindo muitas vezes uma desenvoltura que caminhava no limite da legalidade institucional.

Enquanto comandante da fronteira cabia a ele comunicar-se por meio de correspondência ou pessoalmente com autoridades militares e policiais uruguaias e argentinas, transmitindo informações para a corte, sempre que requisitado, como em dezembro de 1858: “Em resposta ao ofício [...] segundo me informaram, o Capitão da Guarda Nacional João Alano da Silva reside na cidade de Pelotas, onde tem sua família, e de lá vem frequentemente comprar gados tanto nesta fronteira como no Estado Oriental, para a charqueada, mas não me consta que tenha propriedade alguma nestes lugares”²⁴. Para manter-se bem informado ele precisava acionar seus contatos. Nessa rotina, vigiava o paradeiro de desertores, chefes militares e emigrados, como os orientais Brigido Silveira e Manoel Carbajal, que ele informava estarem em Entre Rios e, na resposta ao presidente da província, acrescentava: “Se por ventura estes ou outros emigrados intentarem alterar a ordem pública no Estado Oriental, cumprirei quanto V. Ex. me ordena para obstar qualquer movimento”²⁵.

A presença de estrangeiros naquela fronteira não se resumia apenas aos uruguaios e argentinos. Com a derrota de Rosas, em 1852, e a viabilização da livre navegação no Rio da Prata, uma vigorosa cadeia mercantil começou a ser constituída conectando cidades do Rio Grande do Sul com redes que iam desde Assunção até os portos de

24 CORRESPONDÊNCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Quaraí (CCSGNLQ). 3 dez. 1858. Maço 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (FGN-AHRS).

25 CCSGNLQ, 21 set. 1858, maço 33, FGN-AHRS. A missiva do dia 13 de dezembro de 1860 também é um exemplo do canal de comunicação do Comando com a capital. Nessa carta, Canabarro passa informações sobre a conjuntura política nos países vizinhos, assim como uma projeção de guerra.

Buenos Aires e Montevidéu. Isso fez com que mercadores europeus de distintas origens povoassem as pequenas vilas daquela fronteira, movimentando fortemente o comércio na região²⁶. Nesse sentido, o contrabando também se avolumou, exigindo mais trabalho do comandante. Em 1860, por exemplo, Canabarro relatou ao presidente estar resolvendo problemas relativos ao contrabando na Alfândega de Uruguaiana, cidade que fazia fronteira com a Argentina²⁷.

O contrabando de gado e de mercadorias diversas era o meio de vida de muitas pessoas naquela região e a capacidade de influir em tais negócios aumentava os poderes do comandante²⁸. É provável que ao tentar intervir nesses negócios, Canabarro aproveitasse para favorecer aliados e perseguir inimigos, uma vez que ele mesmo tinha duas estâncias no Uruguai e também precisava manter seus negócios²⁹. Em outra missiva, Canabarro vetou a nomeação de Constantino de Souza para o comando de um posto avançado, pois era ele “o primeiro contrabandista da Uruguaiana, segundo me informaram muitas pessoas de conceito naquela Vila; e um comando lhe há de decerto facilitar os meios de fazer semelhante comércio”³⁰. Constantino era indicação dos irmãos Ribeiro de Almeida – família de grandes pecuaristas e principais adversários políticos de Canabarro naquela fronteira. Nesse sentido, as redes políticas entrelaçavam-se com as

26 SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder em el Oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo, 2004; VOLKMER, Márcia. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (séc. XIX)*. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

27 CCSGNLQ, 4 jun. 1860 e 20 jul. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

28 Sobre o contrabando, cf.: THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

29 Quando faleceu, foi declarado que ele devia quase 10 contos de réis a Samuel Lafone, conhecido negociante de Montevidéu (Inventário de David Canabarro, Livro de Notas n. 10, 1º Tabelionato de Livramento, 1871, p. 2-23, APERS).

30 CCSGNLQ, 10 fev. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

redes de negócios, o que inevitavelmente tornavam os comandantes aliados em potencial. O próprio Império era sabedor dessa condição e em 1860 remeteu circulares pedindo que os comandantes da Guarda não se envolvessem nas “futuras lutas eleitorais”³¹. Canabarro respondeu positivamente, mas a documentação e a bibliografia a respeito da sua atuação política na região mostram que ele fazia o contrário. Ele era um dos chefes do Partido Liberal no Rio Grande do Sul e mantinha correspondência com políticos de toda a província e, inclusive, da corte, sempre tentando influenciar nas eleições³².

Para estar bem preparado e não ser surpreendido era necessário que Canabarro conhecesse plenamente o contingente que poderia convocar para executar seus serviços de proteção à fronteira, desde os oficiais até os soldados. Em novembro de 1858, por exemplo, ele enviou à Presidência uma listagem com cerca de quarenta oficiais brasileiros incorporados ou avulsos que estavam residindo no Uruguai e na Confederação Argentina. Tratava-se de uma consulta do governo central e, manejando informações com autoridades vizinhas, cabia a ele, enquanto comandante, informar à corte. Contudo, no que diz respeito a essa mobilidade para ambos os lados da fronteira, Canabarro era mais permissivo com alguns e implacável com outros. Em janeiro de 1860, ele pedia a cassação da nomeação de Gabriel Martins Menezes para o lugar de um falecido capitão, pois “Menezes reside a maior parte do tempo no Estado Oriental do Uruguai, onde tem todos os interesses e dista do distrito da referida Companhia para mais de 26 léguas, poucas vezes aparece na Uruguaiana, onde nenhuma propriedade tem”³³.

31 CCSGNLQ, 23 jul. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

32 VARGAS, Jonas M.; FARINATTI, Luís. “A nossa causa é a causa deles”: elites regionais, chefes paroquiais e a construção do estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c.1820-c.1880). In: BARATA, Alexandre M.; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (org.). *Dos poderes do império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. p. 225-256.

33 CCSGNLQ, 31 jan. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

Apesar das muitas atribuições de seu cargo, seria um equívoco considerar que Canabarro exercia seu poder fazendo o que bem entendia e quando queria. Em nível local, o comandante podia não conseguir controlar as ações de alguns oficiais da Guarda, ainda mais em distritos distantes. A relação de insubordinação que a família Ribeiro de Almeida lhe impôs era notícia corrente na época. Eles seguidamente causavam obstáculos ao comando de Canabarro, desmobilizando tropas, abusando das licenças concedidas, impondo-lhe derrotas eleitorais e tentando influir junto ao presidente de província para enfraquecê-lo³⁴. Além disso, a leitura de sua correspondência evidencia que os pedidos de Canabarro nem sempre eram atendidos pelo presidente. Geralmente, os secretários da Presidência liam e resumiam as cartas recebidas, encaminhando o seu parecer para o chefe do Executivo. Num desses pareceres, o secretário dizia que Canabarro tinha uma “pouco conveniente linguagem”³⁵. Em outro pedido de Canabarro para um alferes, o secretário aconselhou a recusa, sendo taxativo: “Mal entende o Comandante Superior a disposição do art. 22 do decreto que cita”³⁶.

Em outros casos, o presidente resolvia ceder aos pedidos do brigadeiro. Quando Canabarro solicitou a remoção de um oficial para um batalhão de Livramento, o secretário deu parecer negativo, pois “recomendando a Lei que os oficiais residam nos Distritos de seus Corpos, parece que não tem lugar o que o Comandante Superior pretende fazer”. No entanto, o presidente autorizou³⁷. Em julho de 1860, Canabarro pediu para que a revista e os serviços naquele ano fossem feitos de três em três meses, pois o inverno era rigoroso para os grandes deslocamentos exigidos. O secretário não se opôs e o governo autorizou³⁸. Jamais saberemos se as justificativas eram re-

34 FARINATTI, Luís; VARGAS, Jonas. Op. Cit., 2014.

35 CCSGNLQ, 10 fev. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

36 CCSGNLQ, 10 fev. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

37 CCSGNLQ, 12 fev. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

38 CCSGNLQ, 16 jul. 1860, maço 33, FGN-AHRS.

almente essas ou se Canabarro estava desviando o destacamento da região por outros motivos. O Império não confiava plenamente nele, no entanto poucos homens podiam exercer aquele cargo, que entre outras funções intermediava as relações das elites da fronteira com o governo central, exercendo o papel de um *mediador*³⁹. Canabarro precisava reconhecê-las, pois ele mesmo era um deles. Em julho de 1858, ele encaminhou um pedido daqueles homens para a Presidência da Província:

Enviando a V. Ex. o incluso officio por cópia do comandante do 2º corpo de G. N. de S. Ana do Livramento sob n. 22 de 30 do próximo passado, requisitando as medalhas a que tem direito o dito Corpo, por Decreto n. 932 de 14 de março de 1852, tendo em vista não só solicitar de V. Ex. as referidas medalhas, mas as que cabem igualmente ao 1º Corpo de Alegrete, 3º da Uruguaiana, e extinto Corpo Provisório, todos da G. N. que fizeram parte do Exército naquela campanha, e cujas medalhas até hoje não receberam, salvo alguns oficiais.⁴⁰

Canabarro precisava mostrar a eles que era capaz de intermediar seus pedidos. Enquanto *mediador*, ele concedia favores e conectava a sociedade fronteiriça ao governo central⁴¹. Aqueles homens eram eleitores, tinham suas terras, parentes e aliados, que guerrearam contra Artigas, tentaram manter a Cisplatina como província do Império e, em 1852, derrotaram o grande “caudilho” de Buenos Aires. Assim

39 VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM: Anpuh-RS, 2010a.

40 CCSGNLQ, 5 jul. 1858, maço 33, FGN-AHRS.

41 Conforme Christilino, quase todos os registros paroquiais de terras de Santana do Livramento foram cobrados dos declarantes, mas “quando o General David Canabarro declarava suas terras, ele apresentava também as declarações de seus ‘camaradas’, todas elas realizadas gratuitamente” (CHRISTILINO, Cristiano. *Litígios ao sul do império: a Lei de Terras e a consolidação política da coroa (1850-1880)*. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 104).

sendo, eles queriam ser reconhecidos como defensores do Império naquela fronteira e precisamos conhecê-los mais de perto.

2. As hierarquias sociais locais e a fronteira

Muita coisa naquela fronteira vinha mudando desde as primeiras décadas do Brasil independente. Cada vez mais os potentados locais precisavam legitimar seu mando institucionalmente e aceitar a divisão de seus poderes com outros funcionários do Estado. Esse avanço burocrático-legal trouxe consigo contínuas transformações no aparato judicial, fazendário, legislativo e policial. Formas de administrar geridas a partir dos grandes centros precisavam impor-se nas fronteiras imperiais, mas elas também eram viabilizadas por meio de uma cadeia de conexões pessoais, repletas de intermediários, que precisava negociar sua legitimidade com grupos sociais influentes, incluindo os grandes proprietários rurais⁴². Essas eram as formas possíveis desse jovem Estado administrar seu território e, como resultado de suas ações, temos um grande crescimento de documentos, de diferentes tipos, produzidos por várias repartições criadas naquele novo ordenamento jurídico liberal⁴³.

As fontes documentais que usarei a partir de agora estavam inseridas nesse contexto. Elas são fruto de antigas formas de mapear a população, reatualizadas a partir dos interesses de um Estado que buscava uma administração centralizada. Para o caso de Santana do Livramento, onde Canabarro residia e comandava a fronteira, encontrei três dessas listagens nominais num período muito próximo,

42 VARGAS, Jonas. Op. Cit.; MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

43 Sobre esse novo ordenamento, cf.: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; COSTA, Wilma Peres. *Cidadãos e contribuintes: estudos de história fiscal*. São Paulo: Alameda, 2020.

o que favorece uma análise conjunta. A primeira delas é a Lista de Qualificação de Votantes, do ano de 1857⁴⁴; a segunda, de 1858, é uma Relação de Estâncias e pequenas fazendas de criação de gado do município⁴⁵; e, finalmente, a terceira é a Lista de Qualificação da Guarda Nacional, de 1861⁴⁶. As três listagens são documentos elaborados na época em que Canabarro foi o principal comandante militar daquela fronteira e podem auxiliar na compreensão das hierarquias sociais da região.

Começo analisando a Relação dos proprietários, de 1858. Em 1852, Livramento possuía algo próximo de 4 mil habitantes e, em 1872, sua população havia saltado para 10.072 pessoas, das quais 2.012 eram escravas⁴⁷. Tratava-se de um crescimento certamente estimulado pela grande demanda de gado provocada pelo *boom* das charqueadas de Pelotas nas décadas de 1850 e 1860⁴⁸. Entre outras informações, a relação traz o nome de 126 proprietários criadores de gado, os tipos de animais criados (bovinos, ovinos, muares e cavalares) e quantas crias produziam por ano. O fato de 720 indivíduos terem sido classificados como *criadores* ou *fazendeiros* na Lista da Guarda Nacional, de Livramento, revela que existiam muito mais pessoas que criavam gado naquele município e que não foram elencadas na relação. O documento não deixa claro, mas é provável que somente os proprietários de terra estejam arrolados entre os 126, o que explicaria, em parte, essa diferença. Portanto, aquelas pessoas que criavam gado em terras de ter-

44 LISTA de Qualificação de votantes de Santana do Livramento. 1857. Fundo Eleições. AHRS.

45 RELAÇÃO das estâncias e pequenas fazendas de criação de gado compreendidas no município de Santana do Livramento. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento. 1858. AHRS.

46 LISTA de Qualificação da Guarda Nacional de Santana do Livramento. 1861. Maço 33. Fundo GN. AHRS.

47 PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012. p. 111; BRAZIL. *Recenseamento Geral do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger: [1874?]. Disponível em: <https://bit.ly/3azYQXG>. Acesso em: 1 ago. 2020.

48 VARGAS, Jonas. Op. Cit. 2016.

ceiros, arrendando-as ou como agregadas, certamente não tiveram seus nomes arrolados na relação.

A possibilidade de criar gado em terras de outros proprietários era muito comum. Pesquisando os inventários *post mortem* de Alegrete nas décadas de 1830 e 1840, Garcia percebeu que 40% dos criadores eram agregados⁴⁹. A própria relação evidencia as possibilidades de acesso à terra sem ser proprietário. Rolino Pereira de Barros, por exemplo, foi listado como possuidor de 784 crias vacuns anuais junto com os seus “agregados”, indicando que aquele rebanho não era somente dele. No geral, doze pessoas listadas na relação tiveram seu gado computado com os animais de outra ou mais pessoas que criavam nos mesmos campos, sendo elas parentes, irmãos ou “outros”, como indicava a fonte. Tal fenômeno também revela que a terra podia ter um uso político, fornecendo prestígio e poder aos grandes proprietários, que se viam em condições de estabelecer vínculos de dependência com os mais pobres⁵⁰.

Feitas essas ressalvas, podemos analisar os dados da relação de forma mais quantitativa. Na Tabela 1 é possível perceber uma grande concentração de gado *vacum* nas mãos de poucos proprietários. Somente os seis maiores criadores de gado, que reuniam apenas 4,8% dos proprietários, detinham quase um quarto das crias. Se somarmos as duas primeiras faixas, percebemos que os 21 maiores proprietários (16,7%) detinham 53,6% dos rebanhos bovinos. A média de crias dos proprietários da primeira faixa era praticamente o dobro dos pertencentes à segunda, cerca de 5,6 vezes maior que os da terceira e 19 vezes maior que os da última, que reunia criadores com menos de cem crias anuais, ou seja, aqueles que possuíam rebanhos com qui-

49 GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

50 FARINATTI, Luís. *Confins meridionais...* Op. Cit.

nhentas cabeças de gado ou menos⁵¹. Esse era o grupo dos criadores mais modestos, que somavam 40% dos proprietários.

Tabela 1
Concentração de rebanhos vacuns por faixas de "crias" anuais
(Santana do Livramento, 1858)

Crias vacuns	Proprietários Número (%)	Crias vacuns Número (%)	Média de crias por Proprietário
1001 a 2000	6 (4,8)	7.982 (23,5)	1.330
501 a 1000	15 (11,9)	10.213 (30,1)	680
101 a 500	54 (42,9)	12.121 (35,8)	237
100 ou menos	51 (40,4)	3.572 (10,6)	70
Total	126 (100)	33.888 (100,0)	269

Fonte: Relação de Estâncias e pequenas fazendas de Livramento, 1858. AHRS.

Na relação foram arrolados como proprietários do maior rebanho os irmãos David Canabarro e João Martins, que criavam em sociedade. Seu rebanho chegava a quase 10 mil cabeças de gado. Estudando os maiores criadores da fronteira, Farinatti delimitou a faixa de 2 mil cabeças para separar os grandes criadores dos demais. Portanto, o mencionado rebanho colocava Canabarro e seu irmão entre os mais ricos pecuaristas da fronteira. Eles tinham começado a sua sociedade em 1849 e desde então compraram pelo menos cinco estâncias, sendo duas em Tacuarembó, no Uruguai⁵². Quando João faleceu, possuía onze escravos. Anos depois, Canabarro deixou 33 cativos em seu inventário. Somados seus bens, os dois constituíam-se em grandes escravistas para os padrões locais⁵³.

51 O tamanho do rebanho pode ser calculado pela sua taxa de reprodução anual. É consenso na historiografia que ela ficava entre 20% e 25% (FARINATTI, Luís. Op. Cit., 138-139).

52 CAGGIANI, Ivo. Op. Cit., p. 153-158.

53 INVENTÁRIO de João Martins. n. 33, maço 1. Cartório do Cível e Crime, Livramento, 1866, APERS; INVENTÁRIO de David Canabarro. Livro de Notas, n. 10, 1º Tabelionato de Livramento, 1871, p. 2-23, APERS. Sobre a escravidão na fronteira sul cf.: GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da*

A escravidão foi fundamental na pecuária e os maiores criadores geralmente eram grandes escravistas. Analisando os inventários *post mortem* de Livramento, entre 1830 e 1865, percebe-se que 112 deles possuíam escravos nos seus patrimônios⁵⁴. Os donos de onze cativos ou mais formavam 15% dos escravistas, mas detinham 45% da mão de obra escravizada. Na base, estavam os pequenos escravistas. Eles eram numerosos: 27 possuíam de um a dois escravos e 37 de três a cinco. Juntos, os que detinham cinco ou menos escravos somavam 57% dos proprietários, mas reuniam 24% deles. Assim sendo, se havia grande concentração da posse escrava, a maior parte dos proprietários não era formada por grandes escravistas, mas pelos pequenos – padrão comum em todo o Brasil⁵⁵. Portanto, os proprietários de grandes rebanhos precisavam de vastas pastagens para manter a sua criação extensiva e de muitos escravos campeiros para o trabalho com o gado. O resultado dessa equação é que animais, terras e escravos estavam concentrados nas mãos de algumas famílias que constituíam o principal grupo da elite da fronteira.

Agora podemos analisar como as outras duas listagens (guarda e votantes) refletiam essa estrutura socioeconômica. Como a função delas não era a de mapear a população, mas sim arrolar os sujeitos com direito a exercer o voto ou servir na Guarda, elas não incluem os escravos, as mulheres, os estrangeiros, os economicamente muito pobres e os menores de 18 anos ou muito idosos (no caso da Guarda), só para citar as maiores exclusões. No entanto, mesmo com as men-

escravidão e liberdade no sul da América. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013; MATHEUS, Marcelo. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870). 2016, 422 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

54 INVENTÁRIOS *post mortem* de Livramento, 1830-1865. Catálogo Documentos da Escravidão. APERS.

55 MARCONDES, Renato. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese (Livre-docência em Economia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005; FRAGOSO, João. O império escravista e a república dos planadores: a economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. xx-yy.

cionadas ausências, elas servem para os objetivos desse artigo, pois reúnem parte significativa dos homens adultos livres que viviam em Livramento na segunda metade da década de 1850 – votantes que sabiam da influência política de Canabarro e soldados que certamente o conheciam ou já estiveram sob o seu comando. Somando o contingente das duas listas com os proprietários homens da relação⁵⁶, e excluindo os nomes repetidos, temos 1.375 indivíduos ou 60% de todos os homens livres entre 21 e 80 anos arrolados no Censo Geral de 1872⁵⁷. Portanto, é possível tratar esses dados como parcela significativa daquele meio social.

O interesse em tal documentação nominal é traçar um perfil socioeconômico dessa população masculina. Enquanto a Lista de votantes reúne 562 indivíduos entre 21 e 80 anos e divididos em 28 ocupações distintas, a da Guarda Nacional apresenta 1.087 homens entre 19 e 66 anos, distribuídos em vinte categorias sócio-ocupacionais. Escolhi analisar os dados referentes às ocupações do segundo documento, por reunir quase o dobro de pessoas e por constituir-se na principal força de defesa da fronteira comandada por Canabarro, tendo inclusive sido recrutada para as guerras no Rio da Prata. Nessa análise não irei separar os alistados da ativa e os da reserva, pois o objetivo não é estudar os grupos que podiam estar isentos ou não, mas sim utilizar o documento como uma espécie de lista nominativa que

56 A *Relação* apresenta onze mulheres como proprietárias. Sobre mulheres administrando os bens de seus maridos em épocas de guerra, cf.: BARBOSA, Carla. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha* (RS, 1835-1845). 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009; MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos* (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

57 Ao cruzar os dados da Lista de Votantes, que somava 562 indivíduos, com a da Guarda Nacional, que reunia 1.087, percebeu-se que somente 322 homens aparecem qualificados em ambas as listas. Entre outros aspectos, isso pode demonstrar que os fatores que condicionavam a qualificação nas listas eram parcialmente distintos e que os meios de acesso aos direitos políticos eram mais restritivos, sobretudo numa sociedade fronteiriça que necessitava mais ainda de soldados.

qualificava esses homens, atribuindo-lhes publicamente uma ocupação socioeconômica, idade, estado civil e renda⁵⁸.

Sendo assim, quase dois terços dos guardas foram classificados como *criadores*, confirmando a importância da pecuária para essa região de fronteira e demonstrando como as milícias podiam reproduzir nos seus corpos as estruturas socioeconômicas da localidade. Somando-se os *criadores* com os *fazendeiros*, *lavradores* e *capatazes*, tem-se que quase 70% dedicavam-se às atividades rurais, mas esse índice certamente era muito maior, pois dos 261 classificados como *indústrias* muitos também exerciam atividades rurais⁵⁹. Os *indústrias* eram os sujeitos que “viviam de suas indústrias”, comumente classificados também como “agências”, formando o grupo de menor faixa de renda e que não devia ter uma atividade econômica exclusiva. É bastante provável que boa parte dos *indústrias* fosse constituída por peões de estância ou jornaleiros rurais.

A partir das categorias ocupacionais mencionadas, é possível propor uma estratificação básica do espaço rural daquela localidade, separando os três grupos principais ligados à pecuária local. No topo dessa pirâmide estavam os 33 *fazendeiros* – categoria equivalente aos estancieiros ou grandes criadores de gado – e é muito provável que todos fossem proprietários de terra e de escravos. Eles eram os que possuíam a maior renda declarada: 25 deles, ou 75%, possuíam 2 contos de réis anuais ou mais. O mais rico na lista era justamente o *fazendeiro* David Canabarro, qualificado com renda de 10 contos de réis. Na base dessa hierarquia encontravam-se os *indústrias* – setor mais pobre entre os qualificados, que devia ter o seu acesso ao gado bovino, às terras e aos escravos bastante limitado.

58 Contudo, sem tornar essas categorias essenciais, uma vez que elas eram produto das relações sociais que as engendraram de forma sempre dinâmica. Cf.: CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 173-201. p. 182-183.

59 Outros oitenta indivíduos (7%) exerciam atividades mais urbanas, que não são centrais no presente artigo. Uma análise quantitativa das listas de toda província pode ser vista em: MUGGE, Miqueias. Op. Cit., p. 116-120.

A categoria dos *criadores*, portanto, situava-se entre ambos os extremos, formando o grupo mais numeroso e com faixa de renda intermediária, como pode ser visto na Tabela 2. Alguns poucos *criadores* podiam ter uma riqueza próxima a dos *fazendeiros*, mas a maior parte estava próxima dos *indústrias* (97,8% dos *criadores* tiveram 400 réis como renda). De início chama a atenção a forma quase artificial como as três categorias foram alocadas em faixas de renda bem circunscritas. Os qualificadores encaixaram aqueles que viviam de suas *indústrias* na renda de 200 mil réis, os *criadores* ficaram entre 400 e 800 mil réis e, na parte de cima, os *fazendeiros* nunca foram qualificados com rendas inferiores a 1 conto de réis, embora a maior parte tivesse 2 contos de réis ou mais. Ao assinar a Lista com os qualificadores, Canabarro dava a entender que era dessa forma que ele via aquela sociedade.

Tabela 2

Ocupação e faixa de renda dos três principais grupos rurais na Lista de qualificação da Guarda Nacional de Livramento (1861)

Atividade econômica	Guardas Qualificados	Faixa 1 – Os mais ricos (2:000\$ a 10:000\$)	Faixa 2 – Intermediária (400\$ a 800\$)	Faixa 3 – Os mais pobres (200\$)
Fazendeiro	33	25 (75%)	-	-
Criador	688	-	683 (99,4%)	-
Indústria	261	-	-	257 (99,2%)

Fonte: Lista de qualificação da Guarda Nacional de Livramento. FGN-AHRS.

Ao contrário dos empregados públicos, que podiam facilmente comprovar seus rendimentos, para os *criadores* e *fazendeiros* isso não era tão simples, pois dependia dos preços do gado em cada safra, entre outros fatores. Assim sendo, a renda anual das atividades rurais parecia ser sempre presumida. Para o caso dos *indústrias*, sendo muitos deles peões de estância, a comprovação era mais difícil, pois seu assalariamento não era pleno, uma vez que seus patrões complementavam o pagamento com alimentação e outros bens, fazendo com

que seus ganhos pudessem variar. Portanto, é provável que as rendas declaradas se aproximassem de estimativas conhecidas e reconhecidas socialmente e que a Junta nem se interessasse em coletar documentos que comprovassem as rendas. Para eles, um *indústria* não deveria ter os rendimentos de um *criador* e, ambos, teriam que estar em condição inferior à dos *fazendeiros*.

Tal distinção parece ter ficado registrada na lista de uma forma quase estamental, praticamente cristalizando os três grupos em suas faixas de renda. É importante ressaltar que esse documento se tornava público e cópias dele deviam ser enviadas para as autoridades centrais⁶⁰. Certamente alguns dos critérios de diferenciação entre os três grupos estavam ligados ao acesso à propriedade da terra, aos rebanhos e à mão de obra escravizada, assim como a própria qualidade, quantidade e valor desses bens. No entanto, outros elementos estavam em jogo e os problemas começam a aparecer quando cruzamos as informações dos três documentos.

Primeiramente, os *fazendeiros* possuíam realmente grandes rebanhos? Entre os 126 proprietários presentes da "Relação" de 1858, encontrei 29 desses *fazendeiros* e, de fato, eles estão entre os maiores criadores de gado de Livramento. Dos dez maiores rebanhos, oito pertenciam a homens classificados como *fazendeiros* nas listas. Os outros dois, que eram *criadores*, tiveram seus rebanhos contabilizados com os de seus parentes, por isso estão no topo da Relação de 1858. Contudo, em alguns poucos casos pessoas qualificadas como *criadores* detinham rebanhos maiores que outras, qualificadas como *fazendeiros*. Ligado a isso está o fato de que onze indivíduos classificados como *criadores* na Lista de votantes de 1857 foram elevados à condição de *fazendeiros* na qualificação da Guarda assinada por Cana-

60 A Presidência da Província guardava em seu arquivo as listas de todos os distritos e os seus secretários as utilizavam para elaborar relatórios, obter informações sobre certas pessoas e administrar o território (VARGAS, Jonas. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran (org.). *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal, 2010b. p. 287-320).

barro⁶¹. Analisarei esses aspectos a seguir. Por agora cabe dizer que havia uma correlação entre as três fontes e uma forte tendência de que a maior parte dos *fazendeiros* estivesse, de fato, entre os mais ricos da Relação de 1858. Para entender melhor essas questões vamos nos deter primeiramente nos *fazendeiros*.

Alguns *fazendeiros* presentes na Lista de votantes, em 1857, não foram qualificados para a Guarda Nacional por conta da sua idade avançada. Dos que foram, catorze continuaram qualificados como *fazendeiros*, em 1861. Portanto, esses catorze homens passaram por duas juntas de classificação e foram qualificados como *fazendeiros* em ambas, podendo ser tidos como os mais representativos do grupo. Dentre eles, David Canabarro era o que mais se destacava na Lista da Guarda, sendo o mais rico daquele comando, com 10 contos de réis, bem acima do segundo *fazendeiro*, com 6 contos de réis, e do terceiro, com 4 contos de réis. O restante dos *fazendeiros* tinha ou 2 contos de réis ou 1 conto. Portanto, na lista, a maior parte dos *fazendeiros* possuía renda cinco a dez vezes menor que a de Canabarro, mas essa distância entre as riquezas era tão grande assim?

O cruzamento desses dados com os da Relação de 1858 não revela isso. Na relação, Canabarro produzia 1.968 crias vacuns e tinha renda de 10 contos de réis na lista. Contudo, Manuel José Menezes produzia 1.200 crias e tinha 1 conto de réis na mesma lista, enquanto Antônio da Fontoura Barreto produzia 1.054 crias e tinha 2 contos de réis. Ou seja, o número de crias de Menezes e de Barreto são desproporcionais a sua renda e não justificavam um valor tão baixo se comparado ao de Canabarro. Seguindo a lógica da lista, para terem uma renda de 1 conto de réis, os *fazendeiros* teriam que produzir dez vezes menos crias do que Canabarro, ficando entre 190 e 200 animais, mas muitos tinham bem mais do que isso. Portanto, é provável que, agindo em consonância com a junta qualificadora, Canabarro tenha inflado a sua própria renda na lista, colocando-se como um homem muito

61 Tendo em vista que as listas eram de datas próximas, é muito difícil que tenha acontecido uma mobilidade social ascendente, pois se tratava de pouco tempo para que isso ocorresse.

mais rico que os demais. Assim sendo, o documento também era um recado ao presidente da província sobre quem era o mais abastado e graduado oficial daquela fronteira, que merecia ser respeitado enquanto tal. Tratava-se de uma distinção em termos de hierarquia social que ele buscava materializar em termos numéricos.

Isso nos incentiva a olhar para a Lista da Guarda com outros olhos. A maior parte daqueles que produziam entre 150 e 250 crias foi classificada como *criador* nessa lista. Contudo, dois deles foram qualificados como *fazendeiros*: Antônio Caetano Pereira, que produzia somente duzentas crias por ano, e teve a renda elevada à 4 contos de réis, e Dinarte Corrêa de Mello, que produzia 150 crias e apareceu com 2 contos de réis. É provável que outros fatores estivessem interferindo para elevar a condição social desses homens na lista. Antônio também era natural de Taquari, como Canabarro, e havia migrado recentemente para aquelas terras fronteiriças. Estabeleceu-se como criador, lutou na guerra contra Oribe e Rosas e passou a militar nas fileiras do Partido Liberal de Canabarro. O fato de ser elevado à tenente-coronel na lista evidencia que era homem de confiança do brigadeiro (é provável que as famílias de ambos se conhecessem desde Taquari) e, portanto, não podia ser igualado a um mero *criador*.

O caso de Dinarte merece um mergulho mais profundo. Quando foi qualificado na Guarda, ele tinha 42 anos, era viúvo, filho do tenente Bento Corrêa de Mello, patriarca de uma importante família da elite do local. Em 1830, quando os bens do casal foram avaliados por conta do falecimento de sua esposa, Bento possuía cinco estâncias, sendo duas delas na Banda Oriental, além de 4.800 reses de criar e 41 escravos, dos quais seis haviam fugido por ocasião da guerra da Cisplatina. Em 1847, quando ele próprio faleceu, continuava com prestígio, mas as guerras haviam dilapidado parte do seu patrimônio. Dos seus tempos de glória militar e defesa da fronteira restava uma dívida que contraiu com Don Fructuoso Rivera, principal chefe do partido

Colorado no Uruguai⁶². Poucos homens tinham esses contatos estreitos com os grandes caudilhos platinos, o que conferia certo prestígio social a Bento⁶³. Assim sendo, Canabarro e a junta qualificadora da Guarda devem ter levado tudo isso em conta quando classificaram Dinarte como *fazendeiro*, apesar dele marcar apenas 150 crias anuais.

Isso não significa que a simples troca da categoria conferia poder ao qualificado. Nossa hipótese é que a lista refletia e materializava formas cotidianas de se conceber prestígio e posição social. Pegamos outro caso de um pequeno criador, como Tomás Francisco da Silva (que produzia apenas 62 crias anuais). Entre os votantes ele era *criador*, mas na Guarda Nacional foi transformado em *fazendeiro*. Talvez a mudança se explique pelo fato dele ter sido nomeado tenente e, aos olhos de Canabarro, um tenente deveria ser respeitado como se fosse um *fazendeiro*, pois era preciso distinguir-se para impor respeito na corporação. No entanto, esse não foi o caso de João Coelho de Moraes. Ele também foi nomeado tenente, mas continuou classificado na Guarda como um *criador*, o que era justo, pois produzia somente 75 crias. Contudo, ao contrário de Tomás, que tinha 51 anos, João tinha apenas 29 e, aos olhos da Junta e de Canabarro, ele talvez fosse muito jovem para ter o prestígio social e a respeitabilidade conferida a um *fazendeiro*. Assim sendo, temos aqui um outro critério que talvez também pudesse interferir nas hierarquias sociais locais: a idade.

Examinando novamente a Lista da Guarda é possível perceber que a questão da idade e do estado civil também pareciam influir na configuração das categorias. Entre os *fazendeiros*, 88% eram casados, 82% tinham filhos e 45% tinham mais de 50 anos. Entre os *criadores*, os mesmos índices eram, respectivamente, 63%, 18% e 13%, e para os *indústrias* eles atingiam 29%, 9% e 14%. Portanto, constituir famílias

62 INVENTÁRIO de Maria Leonarda Gomes, n. 3, maço 1, 1830; INVENTÁRIO de Bento Corrêa de Mello, n. 12, maço 1, 1848. Cartório de Órfãos e Ausentes, Livramento. APERS.

63 Bento Gonçalves, que havia sido comandante da Fronteira de Jaguarão, foi compadre de Juan Lavalleja, enquanto Bento Manoel Ribeiro, que foi comandante da Fronteira de Alegrete, havia sido compadre de Fructuoso Rivera, revelando que conectavam aquele espaço transfronteiriço para além dos seus cargos.

legitimadas pela Igreja era aparentemente mais difícil entre os mais pobres e, apesar de ser acessado pelos *criadores*, estes, pelo menos entre os guardas nacionais, reuniam poucos pais. Com relação à idade, o grupo dos *indústrias* era mais jovem ainda, uma vez que 53% deles tinham entre 19 e 29 anos, indicador que chegou a 37% entre os *criadores*. Nenhum *fazendeiro* tinha menos de 30 anos e só cinco tinham menos de 40. Portanto, os *fazendeiros* formavam um grupo de idade bem avançada e devia ser maior ainda, pois homens de mais de 66 anos não foram qualificados na Guarda⁶⁴. Os *fazendeiros* configuravam um grupo de homens abastados, idosos, que haviam passado por muitas guerras e tinham famílias bem estabelecidas, nas quais as uniões eram abençoadas pela Igreja.

Nesse sentido, as categorias ocupacionais também envolviam outros critérios não econômicos, evidenciando toda a carga simbólica do documento. Talvez uma carta escrita na comarca de Bagé, da qual livramento era termo, nos ajude a perceber a importância da reputação social e a sua relação com as hierarquias. Ambos os municípios possuíam estrutura socioeconômica idêntica, faziam fronteira com o Uruguai e tinham grandes criadores de gado como sua principal elite. Em 1847, a Câmara Municipal remeteu uma carta ao governo que se intitulava “Pessoas de Bagé que a Câmara julga respeitáveis e honestas”. Dentre os poucos homens arrolados, estavam João Thomaz Farinha, “Respeitável por sua fortuna e maneiras graves, e mesmo por sua idade. Honesto por viver decentemente com sua família”, Rafael Teixeira Martins, “Respeitável por sua idade. Honesto por suas maneiras, e viver decentemente com sua família. Reside nesta vila onde tem negócios de fazendas e casas de sua propriedade”, José Luís

64 Pode-se argumentar que essa estratificação espelhava um ciclo de vida na localidade, no qual os mais jovens, ainda solteiros, viviam de sua indústria e, na fase mais madura de suas vidas, casavam e constituíam família. É provável que isso ocorresse em alguns casos e merece uma pesquisa mais aprofundada. Contudo, a lista evidencia que nem todo o jovem peão tinha possibilidades de tornar-se um criador na velhice e muitos já eram *criadores* mesmo com pouca idade, sendo, inclusive, filhos de *fazendeiros*. O fato é que a mobilidade social era possível, mas era restrita, e as listas aqui trabalhadas funcionam como uma fotografia socioeconômica naquele exato instante, no qual a vida de todos estava em pleno movimento.

Martins, “Respeitável por sua fortuna, idade e maneiras decentes. Honesto por viver decentemente com sua família [em] sua estância” e, entre outros, Bernardino Angelo da Fonseca, “Respeitável pela sua idade [...]. Honesto pelas suas maneiras decentes, por seus bons costumes e vida exemplar com sua família. Reside em terrenos de sua propriedade”⁶⁵.

Portanto, essa descrição envolve critérios muito semelhantes aos reunidos pelos *fazendeiros* de Livramento: ter idade avançada, ser rico, viver em sua propriedade, ser casado e acompanhado de sua família, viver de forma honesta e ter costumes exemplares. A aceitação de tal hipótese não significa que *fazendeiros* seguissem as práticas mais ilibadas com tanta preocupação, sendo exemplos de honestidade e honradez. Contudo, essa parece ter sido uma das formas como pretendiam ser vistos publicamente e sua distinção para com os grupos sociais mais pobres também passava por esses critérios. Nesse sentido, não causa surpresa que Canabarro costumasse falar da conduta de seus oficiais e soldados nas cartas, como se ele tivesse o poder de qualificar ou desqualificar a reputação de alguém.

O caso de Manoel Costa Leites merece ser mencionado. Pesquisando os registros de batismo de Livramento, percebi que, em 1831, ele foi pai de Ubaldina, filha da índia Maria Mercedes. Ambos não eram casados e é provável que seu desejo fosse o de não reconhecer a paternidade, pois ao fim do registro assinaram Antônio J. da Costa, João Carvalho de Oliveira, David Canabarro e o próprio cadete Manoel “para confirmar a paternidade da batizanda”⁶⁶. Canabarro foi o padrinho da criança, talvez para garantir que o cadete, seu subordinado, fosse honrar o documento assinado perante o padre. Não sabemos se Maria foi violentada por Manoel e nem o que de fato ocorreu naquele dia dentro da capela, mas entre tantas coisas que somos incapazes

65 CORRESPONDÊNCIA da Câmara Municipal de Bagé. 29 mar. 1847. AHRs.

66 PRIMEIRO Livro de Registros de Batismo de Livramento. Arquivo da Cúria de Bagé. Na época, Canabarro ainda assinava David José Martins, seu nome de batismo. Em 1836, ele adotou o nome David Canabarro, incorporando o sobrenome do seu tio e sócio.

de afirmar, é possível que esse tenha sido um dos motivos pelo qual Manoel, que era de uma importante família local, tenha sido rebaixado de *fazendeiro* para *criador* na qualificação da Guarda, assinada pelo mesmo Cabanarro.

Havia certa correlação entre a riqueza possuída e o acesso às altas patentes de oficiais, mas no geral é difícil saber até que ponto todos os critérios aqui mencionados favoreciam mais ou menos a ascensão social nessa hierarquia. Para alguns casos o casamento podia ser um fator-chave, mas para outros se constituiria no resultado possível de um bom desempenho em outras esferas sociais. Uma boa inserção em redes político-partidárias e o pertencimento a alguma família bem estabelecida no local podia ser um facilitador nas carreiras militares, mas em outras trajetórias o destaque em alguma guerra podia abrir as portas para o ingresso em uma importante família ou cargo político. Portanto, prefiro sugerir que essas variáveis interagem de forma interdependente, contribuindo para a configuração das hierarquias sociais anteriormente mencionadas.

Essas hierarquias sociais estavam permeadas por redes de relações de caráter regional que concentravam atributos valorizados naquele contexto fronteiriço, como a experiência em batalhas, alianças e prestígio junto aos militares e um bom manejo das relações pessoais com argentinos e uruguaios. Apesar de não ser possível aprofundar melhor esses aspectos no presente artigo, o importante aqui é sugerir que tais dinâmicas socioculturais de hierarquização interna, típicas daquela sociedade fronteiriça, combinavam-se com categorias de classificação definidas pela burocracia central (*fazendeiros*, *criadores*, *indústrias* e outros), numa relação complexa, na qual os critérios informais e os legais se influenciavam. Tudo isso conferia certa singularidade a essa elite e saber se locomover no interior dessa complexa sociedade e conectá-la com o governo central talvez exigisse uma boa relação de reciprocidade com as classes subalternas locais, pois

eram elas que compunham a maior parte das milícias que defendiam aquela fronteira.

3. *Negociando com os grupos sociais mais pobres*

Antes de Canabarro comprar a Estância São Gregório, em 1846, pelo menos uma geração de luso-brasileiros já povoava aquela localidade. No meado do Oitocentos, Livramento já possuía ricas famílias bem estabelecidas. Os primeiros sesmeiros habitavam aquelas paragens antes da elevação da capela, que foi erigida, inclusive, nas terras de uma dessas famílias, os Menezes. Os Costa Leite, os Cavalheiro de Oliveira, os Gomes de Carvalho, os Correa de Mello, os Fialho e os Trindade, entre outras, tiveram destaque nas primeiras eleições para oficiais da Guarda Nacional e eleitores da paróquia, realizadas em 1835⁶⁷. Foi justamente nesse contexto que, vindos da longínqua Taquari, os Canabarro se estabeleceram na capela. Em 1834, Antônio Canabarro comprou uma fração de campo na localidade, pagando-a em várias parcelas, em sociedade com seu sobrinho, o ainda pouco conhecido David⁶⁸.

Podemos ter uma ideia do perfil populacional de Livramento a partir de uma análise dos primeiros registros de batismo do lugar. A fundação da capela ocorreu em 1823, mas os primeiros assentos datam de 1830, reunindo registros de crianças nascidas desde 1828, quando a guerra da Cisplatina se encerrou⁶⁹. Segundo o padre que redigiu a abertura do livro, o registro reuniria “batismos de brancos, livres e escravos”⁷⁰. Entre 1830 e 1847 foram anotados 953 registros de

67 Documentação das Câmaras Municipais, Alegrete, Maço 14, 1835, AHRS. Agradeço a Marcelo Matheus pelo documento.

68 CAGGIANI, Ivo. Op. Cit., p. 31-32.

69 PRIMEIRO Livro de Registros de Batismo de Livramento. Arquivo da Cúria de Bagé.

70 Para essa análise dos registros paroquiais baseei-me, principalmente, em: FARINATTI, Luis. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social da fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Sílvia et al. *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2014. p. 215-238.

batizando, dos quais 121 (13%) eram cativos⁷¹. Não pretendo realizar uma análise serial e mais aprofundada desse documento, contudo, examinando as informações relativas à naturalidade das mães e pais dos rebentos, pode-se perceber as origens geográficas de uma parte daquela população, inferindo, inclusive, rotas migratórias para aquela fronteira.

Das 679 mães livres que foram à pia batismal (muitas delas mais de uma vez, pois tiveram mais de um filho), 358 apresentaram essas informações. Desse universo pode-se destacar que somente 32 (8,9%) eram da capela de Livramento, ou seja, a imensa parte das mães migraram para a localidade alguns anos antes. No entanto, 185 das demais (51,6%) migrou de municípios de dentro do Rio Grande do Sul, sendo a maior parte delas (101 mães) originária da antiga fronteira do Rio Pardo, região localizada no centro da província. Um grupo que merece destaque são as 91 (25,4%) mães indígenas presentes nos registros. Elas eram provenientes da região missioneira, território das antigas reduções e estâncias jesuíticas, pertencentes a diferentes povos guaranis. Outras 33 mães (9,2%) eram naturais da bacia do Rio da Prata (Paraguai, Banda Oriental e as províncias do interior da Confederação Argentina) e quatorze (3,9%) de outras províncias do Brasil.

As mesmas informações foram indicadas para 234 dos 488 pais livres presentes na pia batismal. Para alguns grupos os números são semelhantes. Apenas doze (5,1%) eram da capela de Livramento e 139 (59,4%) migraram de outros municípios rio-grandenses. No entanto, ao contrário das mães, os pais da região missioneira e os da bacia do Rio da Prata apresentavam menor presença nos batismos, somando, respectivamente, 27 (11,5%) e dezessete (7,2%). E os nascidos

71 Nenhum dos escravos batizados era africano e das 121 mães escravas somente três eram africanas. Talvez os africanos escravizados em Livramento já viessem batizados de Rio Grande, Pelotas ou Alegrete. Digo isso porque eles estavam presentes nos inventários *post mortem*. Dos 41 escravos avaliados no inventário de Maria Leonarda Gomes, por exemplo, pelo menos catorze eram africanos (INVENTÁRIO de Maria Leonarda Gomes, processo n. 2, 1826, Vara de Família, Livramento, APERS). Uma análise das características da escravidão no local não é possível de ser realizada nesse momento e devido a sua importância merece um artigo à parte.

em outras províncias atingiam 29 (12,3%), com destaque para catorze paulistas. Assim, nessa época Livramento constituiu-se como um dos muitos pontos de contato naquela fronteira, reunindo indígenas guaranis, luso-brasileiros e hispano-pletinos de diferentes localidades, sem contar os escravos e os libertos⁷².

Assim sendo, os batismos nos mostram que 91 mães e 27 pais eram indígenas da região missioneira. No entanto, 136 crianças foram anotadas como "índias" ou "mestiças", revelando que o número de pais e mães de origem indígena era ainda maior. Pesquisas mais recentes evidenciam que os campos da fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental faziam parte de uma vasta região de estâncias jesuíticas, que após o fim da experiência missioneira passou a constituir-se como rota das migrações guaranis. Portanto, a mencionada expansão agrária que estabeleceu muitas fazendas de criação de gado naquela fronteira deu-se sobre terras que apresentavam forte presença de guaranis, que continuaram mantendo suas práticas migratórias na região, buscando igualmente arranchar-se em terras de terceiros à procura de trabalho, dentro das possibilidades abertas aos mesmos⁷³.

72 Nos últimos anos, muitos estudos têm contribuído para um melhor conhecimento desses fenômenos naquela Fronteira. Cf.: NEUMANN, Eduardo. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande: século XVIII. In: GUAZZELLI, Cesar *et al.* (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004; MORAES, María Inés. *Las economías agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeño*. 2011. 427 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011; RIBEIRO, Max. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; FARINATTI, Luís; RIBEIRO, Max. Fronteiras e processos de territorialidade: os guaranis entre a colonização e o Estado Nacional (séc. XVIII-XIX). In: VARGAS, Jonas. Op. Cit., 2017., p. 109-128; ALADREN, Gabriel. Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c.1777-1835). 2012. 374 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

73 MORAES, María Inés. Op. Cit.; FARINATTI, Luis; RIBEIRO, Max. Op. Cit.

Portanto, esse era o perfil da população de Livramento quando Canabarro fixou-se na São Gregório. A freguesia possuía cerca de 4 mil habitantes, em 1852⁷⁴. Os batismos também evidenciam contatos pessoais estabelecidos entre os diferentes grupos sociais que viviam no lugar. Em julho de 1832, Francisca, índia do Povo de São Miguel, teve sua filha Bárbara batizada pelo escravo Antônio e pela índia Ana. Em março de 1833, o pequeno Francisco, filho de Libania Joaquina, parda livre, e do paraguaio Francisco Machuca, teve como padrinho o escravo Manuel e como madrinha a liberta Maurícia. Casos de crianças pardas e indígenas com padrinhos ou madrinhas brancos estão presentes em dezenas de registros. Até mesmo as elites locais estreitavam o parentesco espiritual com esses grupos, como o tenente Vicente José Fialho, que batizou Marcolina, índia, filha de Maria Antônia, de Corrientes, entre outros. O próprio David Canabarro, como vimos anteriormente, batizou a filha de Maria Mercedes, índia do povo de São Luís das Missões⁷⁵.

É importante ressaltar que boa parte dos batismos (41%) ocorreram em pleno período de guerra (setembro de 1835 a fevereiro de 1845). Como é sabido, escravos, libertos e indígenas compuseram contingente expressivo das forças em conflito. Os lanceiros negros, por exemplo, formaram parte significativa do exército farroupilha⁷⁶. Saber liderar, motivar, negociar e, também, ludibriar esses grupos sociais, dependendo da ocasião, era fator constitutivo do poder de liderança de homens como Canabarro. A participação em uma guerra e os engajamentos militares eram espaços que favoreciam as relações de reciprocidade vertical, dos quais os comandantes se utilizavam.

74 PANIÁGUA, Edson. Op. Cit., p. 111.

75 PRIMEIRO Livro de Registros de Batismo de Livramento. Arquivo da Cúria de Bagé. p. 8, 45, 65, 103.

76 GUAZZELLI, Cesar. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Monica. *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 229-261; NEUMANN, Eduardo. "Um só não escapa de pegar em armas": as populações indígenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de História*, São Paulo, n. 171, p. 83-109, 2014; CARVALHO, Daniela V. Op. Cit.

Marcelo Matheus e Luís Farinatti encontraram um caso bastante eloquente a respeito disso. João Paes, também conhecido como João Potro, era filho de uma mulher indígena com um homem pardo e na década de 1850, nessa mesma fronteira, viu-se em meio a um processo judicial no qual tinha que provar que era livre e não escravo de Mariano Teixeira. Conforme os autores, ambas as partes recorreram aos meios institucionais para obter sua vitória, mas ao mesmo tempo também acessaram suas redes de relações pessoais, acionando compadres, vizinhos e amigos para defenderem suas causas. Um dos trunfos de João Potro foi recorrer à David Canabarro (que foi seu comandante na Farroupilha) e ao patrão da fazenda para o qual sua mãe havia trabalhado e que era compadre do próprio Canabarro⁷⁷.

Dentro da lógica de reciprocidade social, conceder favores aos mais despossuídos ajudava a fortalecer a autoridade de Canabarro naquela fronteira. Em setembro de 1857, por exemplo, ele remeteu missivas para o chefe de polícia e a Presidência da Província exigindo que soltassem Januário de Camargo do recrutamento realizado recentemente naquele distrito. “Consta-me que o menor que menciono, e outros com ele remetidos na mesma ocasião, se destinam, por vadios e viciosos, para aprendizes da Marinha”. Canabarro argumentava que a mãe do rapaz era uma pobre viúva e que Januário portava documento dado por ele próprio, isentando-o do recrutamento⁷⁸. Não foi possível saber o desfecho desse caso e nem a relação do comandante com a família de Januário, mas o fato é que Canabarro precisava dar satisfações àquela e a outras mães. Ele estava atuando como um mediador entre a comunidade fronteiriça e o Estado. Isso fica evidente quando ele se justifica: “o 3º distrito de Alegrete tem dado ultimamente voluntários e recrutas em excesso para o serviço do Exército”. Ou seja, o frequente fornecimento de recrutas da região fazia parte do “pacto” estabelecido entre os súditos da coroa e

77 FARINATTI, Luís; MATHEUS, Marcelo. A história de João Potro: trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 63, p. 707-743, 2017.

78 CCSGNAL, 21 set. 1857, maço 33, FGN-AHRS.

o Império, mas Canabarro, certamente sob pressão das famílias da fronteira, precisava regular esse processo e julgava que Livramento não devia dar mais soldados do que o necessário.

Os homens pobres que não eram qualificados na Guarda podiam ser recrutados para o Exército e a Marinha, como foi o jovem Januário. Essa capacidade de manejar redes de relações, fazer “justiça” em determinados casos e conceder favores também o tornavam um comandante de prestígio. Atraídos por essas possibilidades, muitas vezes homens como João Potro procuravam voluntariamente se engajar nas forças milicianas em guerra ou podiam ser convencidos por outros soldados da corporação. Em 1865, por exemplo, os escravos Mateus e Domingos foram acusados de tentativa de insurreição, na qual matariam seus senhores e, juntamente com outros cativos, fugiriam para o Uruguai, ingressando no exército de Canabarro. O baiano Francisco Manoel dos Santos e o “castelhano” José teriam sido os responsáveis por seduzir os cativos, prometendo levá-los até o comandante. Ao longo do processo não ficou provada a veracidade de tais testemunhos⁷⁹. No entanto, as proezas de Canabarro eram conhecidas e seu nome estava na boca das camadas populares de ambos os lados da fronteira, não sendo de se duvidar que ele incentivava o engajamento de novos recrutas.

Seu passado farroupilha o perseguia e, em 1862, Canabarro deu mais motivos para desconfianças. O encarregado do consulado brasileiro em Montevidéu revelou ao governo que em conversa com o general Antônio de Souza Neto, que residia em sua estância no Uruguai, ele havia dito que poderia reunir 10 mil homens para tomar a região ao norte do Rio Negro e vingar os ataques dos *blancos*. Dentre os que o apoiavam estava Canabarro.

Em 1864, esses dois antigos farroupilhas declararam abertamente apoio ao general Venancio Flores, caudilho uruguaio que chefiava

79 PROCESSO crime n. 2984, Ano 1865. Alegrete: Cartório do Cível e Crime, APERS.

uma revolução para colocar os *colorados* no poder⁸⁰. Neto e Canabarro deviam receber soldados de diversas procedências. Em janeiro de 1865, o delegado de Uruguaiana disse a Canabarro que havia muitos correntinos e entrerrianos na cidade querendo engajar-se na Guarda para lutar contra os paraguaios⁸¹. Segundo um oficial, o mesmo ocorria em Alegrete, onde “proletários do estado vizinho entre nós”, apesar de “potencialmente perigosos”, estavam “prontos a contribuir”⁸². Contudo, cabia ao presidente da província vetar tais práticas. Em março de 1865, Canabarro pediu a ele para “receber alguns ditos estrangeiros para o serviço das armas, porque sendo eles voluntários, não podem causar questão alguma internacional”. Contudo, o presidente foi taxativo: “Não tem lugar o engajamento de estrangeiros para servir aos corpos da Guarda Nacional”. Dias depois, Canabarro voltou a solicitar autorização para incorporar voluntários que moravam em Corrientes, ocultando se eram estrangeiros ou não. Diante da omissão, o presidente autorizou⁸³.

Na impossibilidade de vigiá-los de forma eficaz, o governo esperava que esses comandantes ao menos mantivessem a ordem naquela fronteira, defendendo-a das investidas dos caudilhos platinos, de motins populares ou desordens de todo o tipo. Nesse sentido, utilizar a Guarda Nacional como mecanismo de garantia dessa ordem era uma possibilidade viável, pois institucionalizava o poder de mando desses

80 SILVA, Mateus Luís. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Cf. também: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MENEGAT, Carla. Op. Cit., 2015.

81 CCSGNLQ, 2 jan. 1865, maço 33, FGN-AHRS.

82 CCSGNLQ, 7 jan. 1865, maço 33, FGN-AHRS.

83 Canabarro foi considerado o principal culpado pela invasão paraguaia no Rio Grande do Sul, em junho de 1865. Tema polêmico na história da guerra, até hoje não se tem consenso a respeito. No espaço desse artigo não foi possível aprofundar tal questão. Para algumas análises, cf.: GUAZZELLI, Cesar. Entre a província e o império: as andanças de Antônio de Souza Neto e David Canabarro na Guerra da Tríplice Aliança. In: ROMANI, Carlo et al. Op. Cit., p. 203-211; CAGGIANI, Ivo. Op. Cit.; DORATIOTO, Francisco. Op. Cit.

chefes militares, comprometendo-os com a administração imperial, o policiamento e repressão à criminalidade, além do disciplinamento dos homens pobres da fronteira⁸⁴.

Nesse sentido, um olhar mais atencioso para a Lista da Guarda de Livramento evidencia a presença desses homens entre os que foram qualificados como *indústria*. Pelo próprio nome, no qual ao invés de sobrenomes o escrivão anotou um apelido ou qualificativo, podemos percebê-los. São os casos de Florisbello Mano, Araújo Gago, Simão Surdo, Fidêncio Arranjador, Joaquim Vaqueiro, Francisco Tatu, Galdino Giloca, José Gabito, Felisberto Biriba, entre outros. Havia aqueles sem nenhum sobrenome, como Delfino Simão, Manoel Pedro, João Miguel, Manoel Antônio, Bernardino Maria, Antônio Maria, Manoel Gertrudes; outros com apelidos ligados às práticas militares, como Anselmo Guerrilha e Joaquim Cadete, e aqueles com referência a algum local próximo da fronteira, como Manuel Caverá, Gregório Itaquatiá, João da Serra, Antônio Caçapava, Pedro Camaquã e Antônio Santa Fé, que provavelmente não era brasileiro. Anos depois, homens como eles engajaram-se ao Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, conflito no qual a presença da Guarda Nacional fronteiriça foi marcante⁸⁵.

É provável que quase todos eles fossem jornaleiros rurais ou peões de estância e alguns não fossem pessoas brancas. Para outros *indústrias* qualificados nessa mesma lista essas características ficaram mais explícitas, como os casos de João Beilová (guarani), José Índio, Calistro Índio e Manuel Índio. Outro exemplo foi o de Bernardo Mulato, de 58 anos, solteiro. Não causa nenhuma surpresa a presença deles nessa lista. Como foi visto anteriormente, os registros paroquiais de batismo de Livramento apresentaram forte presença de indígenas, pretos, pardos e “mestiços” nas décadas de 1830 e 1840. Cerca de 30 anos depois, no Censo Geral de 1872, essa presença

84 MUGGE, Miqueias. Op. Cit., p. 51.; RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

85 MUGGE, Miqueias. Op. Cit.

continuava visível. No que diz respeito às cores/etnias, cerca de 5.771 habitantes (57%) foram classificados como brancos. Os pardos somavam 1.688 (das quais 893 eram livres), os pretos totalizavam 2.117 (das quais novecentos eram livres) e os “caboclos” (indígenas) somavam 499 pessoas.

Portanto, quase 1.800 pessoas pretas e pardas eram livres, sem ser possível saber quantas eram forras. Mas tendo em vista esse grande percentual, é provável que a alforria estivesse no horizonte de vários cativos. Após libertarem-se, muitos permaneceram naquela fronteira, aparecendo em processos criminais, registros notariais e inventários. Alguns conseguiam viver uma vida de autonomia, com sua própria casinha, sendo reconhecidos socialmente em tal condição. No relatório elaborado pela comissão demarcadora após o Tratado de Limites de 1851, consta que um dos marcos da linha divisória do município de Livramento com a República do Uruguai ficava próximo à ilha de São Luiz, “onde existe uma lagoa junto à qual reside um preto conhecido por João Crioulo”⁸⁶.

Portanto, se não fosse pelas listas, não saberíamos que Manoel Guarany, apenas um dos nomes na Lista da Guarda, não foi arrolado como mais um dos vários *indústrias*. No dia em que foi qualificar-se, a junta formada por velhos homens brancos da freguesia teve que reconhecer que o jovem índio Manoel Guarany não era *indústria*, mas sim *criador*, tinha 19 anos, era solteiro e com renda no valor de quatrocentos réis. Homens como ele, Bernardo Mulato, João Crioulo e João Potro, sem contar as mulheres, como a mãe do menino Januário, a índia Maria Mercedes, comadre de Canabarro, e muitas outras que nos escapam da documentação, eram pessoas que tinham seus sonhos e projetos de vida. Formavam a maior parte da população daquela fronteira e o comandante também precisava negociar sua autoridade com elas caso quisesse conseguir soldados, cavalos e informações privilegiadas. Tratava-se de tradição antiga no local. Desde o século

86 CAMARGO, Antônio Eleuthério de. *Quadro estatístico e geográfico da província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868. p. 7

XVIII, os indígenas da região negociavam com o lado que lhes interessava mais, e escravos e libertos engajavam-se nos conflitos buscando melhorar suas condições de vida. As guerras de independência na região mantiveram esse horizonte aberto, no qual os luso-brasileiros, por exemplo, lutaram ao lado dos orientais e vice-versa⁸⁷. Assim sendo, no meado do Oitocentos, as milícias da fronteira, formais e informais, eram claramente multinacionais e multiétnicas, sobretudo em épocas de guerra.

4. Considerações finais

A construção do Estado imperial brasileiro e o papel das elites regionais no mencionado processo geralmente são estudadas por meio de fontes documentais mais qualitativas, como a imprensa, os discursos parlamentares e as correspondências de líderes políticos provinciais. No presente artigo busquei, a partir da análise de diferentes fontes documentais, trazer outros dados que sugerem a cotidiana negociação dos comandantes da fronteira tanto com as camadas sociais mais abastadas quanto com os grupos sociais mais pobres. Homens como Canabarro constituíam-se em outros agentes que atuavam em diferentes frentes administrativas, que também foram fundamentais na viabilização dessa expansão estatal nas mais distantes fronteiras do Império. Tal mediação se dava por meio de relações de cooperação e conflito com as autoridades centrais, colaborando com a ideia de que eles não possuíam poder supremo em suas localidades, pois dependiam dessas negociações para o exercerem. Nesse sentido, a observação das hierarquias e dinâmicas socioeconômicas locais tornou-se necessária para tentarmos compreender como se constituiu essa liderança política e militar e como se dava esse exercício do poder.

Portanto, creio ser possível pensar que as listas de qualificação também pareciam ser a materialização de um momento particular

87 ANDREWS, George. *América afro-latina (1800-1900)*. São Carlos: Editora UFSCar, 2014.; FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna. Op. Cit. NEUMANN, Eduardo. Op. Cit.; CARVALHO, Daniela V. O. Cit.

na trajetória de inúmeras pessoas e o resultado de conflitos, mas também de alianças cotidianas, entre peões assalariados e pequenos criadores com os ricos do local. Defendendo condutas e virtudes “respeitáveis” para aqueles que habitavam aquela fronteira, os *fazendeiros* e suas famílias, provavelmente todos brancos como Canabarro, queriam colocar o restante da população abaixo de si, demarcando muito bem o seu lugar na hierarquia social local. Mas o comandante também precisava legitimar-se perante os grupos sociais mais pobres, que formavam o grosso do contingente militar capaz de vencer batalhas e defender a fronteira. Estes aproveitavam-se dessas brechas para se inserirem em redes de reciprocidade, sempre necessárias em épocas de dificuldades, buscando melhorar suas condições de vida. Contudo, não havia espaço para todos e a produção das listas também era uma das muitas expressões dessas relações de dominação e resistência, permeadas por uma profunda desigualdade social. Em qualquer caso, trata-se de uma sociedade hierarquizada não apenas por critérios socioeconômicos, mas também jurídicos, étnico-raciais e de gênero, pois o acesso a alguns direitos era vedado a maior parte da população. Nesse sentido, manejando as regras sociais específicas daquela fronteira e lidando com essa complexa sociedade, Canabarro também foi agente fundamental no processo de construção do estado nacional e nunca esteve sozinho nessa empreitada.

Bibliografia

- ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fe nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c.1777-1835)*. 2012. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- ANDREWS, George. *América afro-latina (1800-1900)*. São Carlos: Editora UFSCar, 2014.
- BARBOSA, Carla. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *História rural del Uruguay moderno*

- (1851-1885). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- BRITO, Adilson; BASTOS, Carlos (org.). *Entre extremos: experiencias fronteiricas e transfronteiricas nas regiões do Rio Amazonas e do Rio da Prata: America Latina, seculos XVI-XX*. Curitiba: CRV, 2018.
- BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Imperios: uma nova visao da historia universal*. Sao Paulo: Planeta, 2019.
- CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- CAMARGO, Antonio Eleutherio de. *Quadro estatistico e geografico da provincia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comercio, 1868.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteira da liberdade: experiencias negras de recrutamento, guerra e escravidao (Rio Grande de Sao Pedro, c.1835-1850)*. 2013. 372 f. Tese (Doutorado em Historia Social) – Instituto de Historia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiencia: individuos, grupos e identidades em Turim no seculo XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiencia da microanalise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 173-201.
- CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a epoca dos ultimos caudilhos gauchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Ciudades, provincias, estados: origenes de la Nacion Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- CHRISTILINO, Cristiano. *Litigios ao sul do imperio: a Lei de Terras e a consolidacao politica da Coroa (1850-1880)*. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em Historia) – Instituto de Ciencias Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2010.
- CONTI, Viviana. La frontera argentino-boliviana durante la temprana Republica: complementariedade economica e integracion social. *Si Somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos*, Santiago, v. 11, n. 11, 2011.
- COSTA, Wilma Peres. *Cidadaos e contribuintes: estudos de historia fiscal*. Sao Paulo: Alameda, 2020.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do seculo XIX*. Sao Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova historia da Guerra do Paraguai*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARINATTI, Luis. *Confins meridionais: familias de elite e sociedade agraria na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FARINATTI, Luis. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenacao social da fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia et al. *Historia da familia no Brasil meridional: temas e perspectivas*. Sao Leopoldo: Oikos: Editora Unisinos, 2014. p. 215-238.

FARINATTI, Luis; MATHEUS, Marcelo. A historia de Joao Potro: trajetoria e relações de reciprocidade de uma familia subalterna no Sul do Brasil (1820-1855). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 63, p. 707-743, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000300007>.

FARINATTI, Luis; RIBEIRO, Max. Fronteiras e processos de territorialidade: os guaranis entre a colonizacao e o Estado Nacional (sec. XVII-I-XIX). In: VARGAS, Jonas (org.). *Belicosas fronteiras: contribuicoes recentes sobre politica, economia e escravidao em sociedades americanas (seculo XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 109-128.

FARINATTI, Luis; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma historia social da fronteira meridional do Brasil (seculo XIX). In: HEINZ, Flavio (org.). *Experiencias nacionais, temas transversais: subsidios para uma historia comparada da America Latina*. Sao Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

FARINATTI, Luis; VARGAS, Jonas. Elites regionais, guerra e compadrio: a familia Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c.1816-c.1844). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014, p. 389-413. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X015029001>.

FRADKIN, Raul. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

FRAGOSO, Joao. O imperio escravista e a republica dos planadores: a economia brasileira no seculo XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *Historia geral do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (org.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: FHCE, 2001.

FUENTE, Ariel de la. *Los hijos de Facundo: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formacion del Estado Nacional*

- Argentino (1853-1870). Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GASCON, Margarita. *Periferias imperiales y fronteras coloniales en Hispanoamericana*. Buenos Aires: Dunken, 2011.
- GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (org.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- GUAZZELLI, Cesar. Entre a província e o império: as andanças de Antonio de Souza Neto e David Canabarro na Guerra da Triplice Aliança. In: ROMANI, Carlo et al. *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazonia a Patagonia*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- GUAZZELLI, Cesar. Libertos, gauchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Monica. *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 229-261.
- GUAZZELLI, Cesar. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Revolucion y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes socio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MANDRINI, Raul; PAZ, Carlos (ed.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX: un estudio comparativo*. Tandil: IEHS/UNS/Cehir, 2002.
- MARCONDES, Renato. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese (Livre-docência em Economia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATHEUS, Marcelo. *A producao da diferenca: escravidao e desigualdade social ao sul do Imperio brasileiro* (Bage, c.1820-1870). 2016. 422 f. Tese (Doutorado em Historia Social) – Instituto de Historia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuacao politica e negocios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)*. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: familia, politica e negocios do casal Domingos Jose de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de Sao Pedro, Seculo XIX)*. 2009. 205 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIRANDA, Marcia E. *A estalagem e o imperio: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Provincia de Sao Pedro (1808-1831)*. Sao Paulo: Hucitec, 2009.

MORAES, Maria Ines. *Las economias agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeno*. 2011. 427 f. Tese (Doutorado em Historia) – Facultad de Ciencias Economicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011.

MUGGE, Miqueias. *Senhores da guerra: elites militares no Sul do Imperio do Brasil (comandantes superiores da Guarda Nacional, 1845-1873)*. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Historia) – Instituto de Historia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NEUMANN, Eduardo. "Um so nao escapa de pegar em armas": as populações indigenas na Guerra dos Farrapos (1835-1845). *Revista de Historia*, Sao Paulo, n. 171, p. 83-109, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89008>.

NEUMANN, Eduardo. A fronteira tripartida: a formacao do continente do Rio Grande: seculo XVIII. In: GUAZELLI, Cesar et al. (org.). *Capitulos de Historia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 25-46.

OLIVEIRA, Leandro. *Nas veredas do imperio: guerra, politica e mobilidades atraves da trajetoria do Visconde de Serro Alegre (RS, c.1790-c.1870)*. 2016. 156 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Faculdade de Filosofia e Ciencias Humanas, Pontificia Universidade Catolica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

- PAMPLONA, Marco; MADER, Maria. *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 414 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- REYES ABADIE, Washington. *La banda oriental: pradera, frontera, puerto*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1966.
- RIBEIRO, José Iran. *As "surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí*. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- RIBEIRO, José Iran. *O império e as revoltas: estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.
- RIBEIRO, Max. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazonia a Patagonia*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- SILVA, Mateus Luis. *Trajetória e atuação política de Antonio de Souza Netto (1835-1866)*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Susana; PRADO, Fabricio. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e politica no seculo XIX. In: GRIJO, Luiz A. et al. *Capitulos de historia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. 208 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

VARGAS, Jonas M. (org.). *Belicosas fronteiras: contribuicoes recentes sobre politica, economia e escravidao em sociedades americanas (seculo XIX)*. Porto Alegre: Fi, 2017.

VARGAS, Jonas M. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma analise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, seculo XIX)*. Sao Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas M.; FARINATTI, Luis. "A nossa causa e a causa deles": elites regionais, chefes paroquiais e a construo do estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c.1820-c.1880). In: BARATA, Alexandre M.; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (org.). *Dos poderes do imperio: culturas politicas, redes sociais e relacoes de poder no Brasil do seculo XIX*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014. p. 225-256.

VARGAS, Jonas. As duas faces do coronel Valenca: familia, poder local e mediao politica em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, Jose Iran (org.). *Nova historia de Santa Maria: contribuicoes recentes*. Santa Maria: Camara Municipal, 2010b. p. 287-320.

VARGAS, Jonas. *Entre a parquia e a corte: os mediadores e as estrategias familiares da elite politica do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM: Anpuh-RS, 2010a.

VOLKMER, Marcia. *Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigracao e comercio na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (sec. XIX)*. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

YOUNGER, Joseph. "Monstrous and illegal proceedings": law, sovereignty and revolution in the Rio de La Plata borderlands, 1810-1880. 2011. 394 f. Tese (Doutorado em Historia) – Princeton University, Princeton, 2011.

ZABIELLA, Eliane. *A presenca brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de co-*

mercio e navegacao, de extradicao e de limites. 2002. 164 f. Dissertacao (Mes-trado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Univer-sidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Fontes

BRAZIL. *Recenseamento Geral do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leu-zinger: [1874?]. Disponível em: <https://bit.ly/3azYQXG>. Acesso em: 1 ago. 2020.

CORRESPONDENCIA da Camara Municipal de Bage. 29 mar. 1847. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 5 jul. 1858. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 21 set. 1858. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 3 dez. 1858. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 31 jan. 1860. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 10 fev. 1860. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 12 fev. 1860 Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 4 jun. 1860 e 20 jul.1860. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-rai. 16 jul.1 860. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Qua-

- rai. 23 jul. 1860. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Quaraí. 2 jan. 1865. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- CORRESPONDENCIA do Comando Superior da GN de Livramento e Quaraí. 7 jan. 1865. Maco 33. Fundo Guarda Nacional, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- INVENTARIO de Bento Correa de Mello, n. 12, maco 1, 1848. Cartorio de orfaos e ausentes, Livramento. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- INVENTARIO de Joao Martins. n. 33, maco 1. Cartorio do Civel e Crime, Livramento, 1866, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- INVENTARIO de David Canabarro. Livro de Notas, n. 10, 1º Tabelionato de Livramento, 1871, p. 2-23, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- INVENTARIO de Maria Leonarda Gomes, n. 3, maco 1, 1830. Cartorio de orfaos e ausentes, Livramento. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- INVENTARIOS post mortem de Livramento, 1830-1865. Catalogo Documentos da Escravidao. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- LISTA de Qualificacao de votantes de Santana do Livramento. 1857. Fundo Eleicoes. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- PRIMEIRO Livro de Registros de Batismo de Livramento. Arquivo da Curia de Bage.
- PROCESSO crime n. 2984, Ano 1865. Alegrete: Cartorio do Civel e Crime, Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- RELACAO das estancias e pequenas fazendas de criacao de gado compreendidas no municipio de Santana do Livramento. Correspondencia da Camara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.
- LISTA de Qualificacao da Guarda Nacional de Santana do Livramento. 1861. Maco 33. Fundo GN. Arquivo Historico do Rio Grande do Sul.

Recebido em: 27/08/2020 – Aprovado em: 23/12/2020